



Mulheres autoras do Sul de Angola: do silêncio à construção de um cânone plural

Women authors from southern Angola: from silence to the construction of a plural canon

Mujeres escritoras del sur de Angola: del silencio a la construcción de un canon plural

Eduardo Rosa¹

Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela, Angola
edcrrosa@gmail.com

Domingos Tavares²

Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela, Angola
redacconsulito@gmail.com

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a literatura como espaço de resistência simbólica, reconstrução identitária e afirmação cultural no contexto do Sul de Angola, com foco na produção de mulheres autoras africanas de língua portuguesa, especialmente. Partindo da constatação de que a historiografia literária angolana tem sido construída com base em critérios selectivos e centralizados que privilegiam as regiões urbanas, especialmente Luanda, analisa-se a dupla invisibilidade enfrentada pelas escritoras oriundas do Sul do país, marcada tanto por dinâmicas patriarcais quanto por exclusões geográficas, editoriais e socioculturais. Através de uma metodologia de natureza descritiva, ancorada na análise documental e bibliográfica, o estudo examina as obras de autoras como Ana Paula Tavares, Alda Lara, Deolinda Rodrigues e Lourença Francisco, evidenciando como as suas produções em poemas, prosa, epistolografia e oralidade articulam memória, ancestralidade, território e resistência. São textos que denunciam os efeitos persistentes do colonialismo, da marginalização e da desigualdade estrutural no Sul Global, ao mesmo tempo que reafirmam valores comunitários, saberes femininos e vínculos intergeracionais. Ao propor o Sul de Angola como uma geopoética de resistência, o trabalho contribui para o debate sobre a reconfiguração do cânone literário angolano, reivindicando um espaço mais representativo para as vozes femininas periféricas e para as práticas culturais locais. O estudo reforça, assim, a importância de se valorizar essas narrativas como formas legítimas de acção estética, política e sociocultural, indispensáveis à construção de uma Literatura Nacional plural, inclusiva e comprometida com a justiça simbólica e o desenvolvimento cultural sustentável.

Palavras-chave: Literatura feminina, Sul de Angola, Cânone literário.

¹ Doutorando em Estudos Linguísticos, Mestre em Ensino de Língua Portuguesa, Docente e Investigador no Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela (ISCED-Benguela), Angola.

² Mestre em Ensino de Língua Portuguesa, Coordenador do Clube Cultural Carpe Diem-IGS e Membro do Departamento de Investigação Científica do Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo (ISPS), Lubango, Angola.

Abstract

This article offers a critical reflection on literature as a space for symbolic resistance, identity reconstruction, and cultural affirmation in Southern Angola, focusing on the work of Portuguese-speaking African women authors. Based on the observation that Angolan literary historiography has been constructed on the basis of selective and centralising criteria which privilege urban regions, especially Luanda, the study analyses the double invisibility faced by women writers from the south of the country, marked both by patriarchal dynamics and by geographical, editorial and sociocultural exclusions. Using a descriptive methodology based on documentary and bibliographic analysis, the study examines the works of authors such as Ana Paula Tavares, Alda Lara, Deolinda Rodrigues and Lourença Francisco, highlighting how their productions in poetry, prose, epistolary writing and oral tradition articulate memory, ancestry, territory and resistance. These texts denounce the persistent effects of colonialism, marginalisation and structural inequality in the Global South, while reaffirming community values, female knowledge and intergenerational bonds. By proposing southern Angola as a geopoetics of resistance, the work contributes to the debate on the reconfiguration of the Angolan literary canon, claiming a more representative space for peripheral female voices and local cultural practices. The study thus reinforces the importance of valuing these narratives as legitimate forms of aesthetic, political and sociocultural action, indispensable to the construction of a plural, inclusive national literature committed to symbolic justice and sustainable cultural development.

Keywords: Women's literature, Southern Angola, Literary canon.

Resumen

Este artículo propone una reflexión crítica sobre la literatura como espacio de resistencia simbólica, reconstrucción identitaria y afirmación cultural en el sur de Angola, centrando su análisis en la producción de escritoras africanas de lengua portuguesa. El estudio parte de una realidad insoslayable: la historiografía literaria angoleña se ha consolidado bajo criterios selectivos y centralizadores que privilegian las zonas urbanas, especialmente Luanda. Ante este panorama, se analiza la doble invisibilidad que enfrentan las autoras del sur, condicionada tanto por dinámicas patriarcales como por exclusiones geográficas y editoriales. Mediante un enfoque cualitativo de corte bibliográfico y documental, el trabajo examina las obras de figuras fundamentales como Ana Paula Tavares, Alda Lara, Deolinda Rodrigues y Lourença Francisco. Se destaca cómo sus producciones que transitan por la poesía, la prosa, la epistolografía y la oralidad articulan la memoria, la ancestralidad y el territorio. Son textos que denuncian las huellas del colonialismo y la desigualdad estructural en el Sur Global, al tiempo que rescatan los valores comunitarios y los conocimientos femeninos. Al proponer el sur de Angola como una geopoética de resistencia, esta investigación contribuye a la necesaria reconfiguración del canon literario nacional, reivindicando un espacio plural para las voces periféricas. El estudio concluye que valorar estas narrativas es un acto de justicia simbólica, indispensable para construir una literatura inclusiva y comprometida con el desarrollo cultural sostenible.

Palabras clave: Literatura femenina, Sur de Angola, Canon literario.

Introdução

A literatura, enquanto construção simbólica, reflecte e participa das dinâmicas de poder que moldam a memória colectiva e a identidade cultural das nações. Em Angola, o cânone literário foi historicamente configurado a partir de critérios centralizadores, que privilegiaram produções masculinas e urbanas, especialmente de Luanda, marginalizando as vozes femininas e as expressões culturais das regiões periféricas, como o Sul do país.

As autoras do Sul de Angola enfrentam uma dupla invisibilidade: de género, pela estrutura patriarcal, e territorial, pela centralização editorial e académica. Essa forma de silenciar compromete a pluralidade do cânone da Literatura angolana, enquanto campo institucional de legitimação, e obscurece a diversidade das produções literárias existentes no país. Diante dessa realidade, este artigo propõe-se a responder a seguinte questão: como a produção literária de mulheres autoras do Sul de Angola pode contribuir para a reconfiguração de um cânone literário mais plural, inclusivo e representativo da diversidade cultural do país?

Neste contexto, o presente estudo assume deliberadamente um *corpus* plural, que integra tanto autoras já consagradas no espaço literário angolano — como Ana Paula Tavares, Alda Lara e Deolinda Rodrigues — quanto vozes femininas cuja produção circula fora dos circuitos editoriais hegemónicos, designadamente por via da oralidade e de práticas comunitárias, como é o caso de Lourença Francisco e Mariana Tchilumbo. Esta opção decorre de uma posição teórica que reconhece a oralidade como forma de criação literária de matriz oral, integrante do campo da Literatura, ainda que historicamente marginalizada pelos seus critérios institucionais de consagração e como espaço fundamental de construção de memória, identidade e resistência no Sul de Angola.

O objectivo geral do estudo consiste em analisar como essas autoras elaboram uma estética de resistência, memória e pertença que desafia as lógicas excludentes do cânone angolano. Especificamente, busca-se: investigar as dinâmicas históricas e culturais que levaram à marginalização dessas vozes; analisar como território, oralidade e ancestralidade são articulados em suas produções e reflectir sobre caminhos para um cânone literário angolano mais plural e descentralizado. Este estudo é relevante por contribuir para a descolonização das práticas de legitimação literária, ao valorizar

produções simbólicas femininas oriundas das margens, promovendo justiça simbólica e cultural.

Fundamentação teórica

Com o enfraquecimento da poética clássica e neoclássica predominante até meados do século XVIII e baseada na ideia de um Belo universal e eterno, com regras artísticas fixas e normas literárias imutáveis, surgiu a possibilidade de se pensar a literatura de forma histórica. Essa mudança de paradigma, conforme afirma Compagnon (2001, p. 125), implica o reconhecimento da literatura como um fenómeno cultural que se inscreve no tempo e se transforma em função dos contextos históricos, sociais e culturais em que se desenvolve.

Conforme destaca Aguiar e Silva (2002), a literatura, à semelhança de outras expressões culturais, “é uma construção histórica, com origem, desenvolvimento e transformações que ocorrem em permanente articulação com diversos factores históricos como a religião, a política, a organização social e as práticas económicas” (Aguiar e Silva *in* Cunha, 2002, p. 2). Essa interdependência revela que a literatura não apenas reflecte, mas também participa activamente da produção simbólica de uma época. Importa ainda sublinhar que os sentidos atribuídos aos fenómenos históricos e culturais não são inerentes a eles próprios: resultam, sim, de processos interpretativos mediados pelas visões de mundo dos sujeitos históricos, os seus interesses, valores e contextos. Como aponta Eagleton (2006), a produção e recepção de obras literárias estão sempre atravessadas por disputas ideológicas e enquadradas por sistemas de poder que moldam a forma como tais manifestações são compreendidas e legitimadas.

Como salienta Aguiar e Silva (*in* Cunha, 2002, pp. 2-3), “os valores éticos, estéticos e políticos não possuem uma existência objectiva ou eterna; não são verdades universais fixas, mas sim construções humanas, produzidas por sujeitos históricos situados em contextos específicos”. Estes valores emergem da experiência concreta dos indivíduos, movidos tanto pela razão quanto pela vontade e pela sensibilidade, o que lhes confere uma dimensão profundamente contingente e mutável. Neste mesmo sentido, a escritora angolana Ana Paula Tavares evidencia, através da sua escrita, que:

A memória colectiva e os valores culturais não são estáticos, mas resultam de um processo contínuo de reconstrução muitas vezes atravessado por conflitos,

silenciamentos e resistências operado pelas vozes que a história tentou calar, sobretudo as femininas. Assim, tanto a teoria quanto à criação literária, reafirmam que os valores não se impõem de fora, mas são forjados nas tramas do tempo e da experiência. (Tavares, 2004, pp. 21-25).

Neste sentido, revela-se pertinente a reflexão de Wieser, ao afirmar que “narrar a história consiste em condensar os acontecimentos que assumem maior relevância para determinada comunidade” (Wieser in Francavilla, Mata & Tocco, 2022, p. 139, tradução nossa). Tal concepção levanta duas questões fundamentais: quais eventos, dentro da vastidão da experiência humana, são considerados dignos de destaque? E quem possui autoridade para definir o que deve ser recordado ou, ao contrário, esquecido? A partir destas perguntas, compreende-se que a “escrita da história implica, inevitavelmente, um processo de selecção ou seja, é uma prática marcada por escolhas, omissões e disputas de memória” (idem).

Esta afirmação é válida para a historiografia em geral, mas de forma ainda mais específica para a história da literatura, seja ela relativa ao conjunto da literatura universal, seja às diferentes tradições literárias de cada nação.

Entre o silêncio e o apagamento: exclusões históricas e geográficas das mulheres na literatura angolana

A história da literatura angolana tal como a de muitos outros espaços pós-coloniais tem sido construída sob o peso de critérios selectivos, frequentemente orientados por uma lógica excludente que privilegia vozes masculinas, urbanas e ligadas aos centros editoriais do país. O resultado é um duplo apagamento: de um lado, o silêncio imposto às mulheres enquanto agentes criativas e produtoras de conhecimento simbólico; de outro, a marginalização das regiões periféricas como territórios legítimos de enunciação literária. Esta realidade adquire contornos particularmente evidentes no caso das mulheres escritoras do Sul de Angola, cuja presença no cânone literário nacional permanece residual, apesar da densidade estética e cultural de suas produções.

Como afirma Ana Paula Tavares, a literatura produzida pelas mulheres angolanas carrega “a marca da resistência e da memória. Resistência contra o silêncio imposto e memória como resgate da palavra ancestral e do corpo invisibilizado” (Tavares, 2004, p. 87). No entanto, esta resistência tem sido historicamente travada a partir das margens geográficas

e simbólicas de um sistema literário nacional centralizado em Luanda e nos seus circuitos urbanos. Esta centralização não apenas condiciona o acesso à publicação e à circulação de obras, como também molda a própria percepção crítica sobre o que deve ou não ser incluído na memória literária nacional.

Alda Lara, embora reconhecida no imaginário literário angolano, foi durante muito tempo mais lembrada pela sua biografia trágica do que pela complexidade temática e estética dos poemas que compõem a sua obra poética, nos quais já se antecipa uma reflexão sobre identidade e condição feminina. Ainda assim, a sua poesia já antecipava o desejo de rompimento com os silêncios impostos às mulheres, como se lê no célebre poema Presença “Quero ser eu,/ mesmo sabendo que é difícil,/ mesmo sabendo que é duro,/ mesmo sabendo que é raro.” (Lara, s.d.).

Esse desejo de afirmação enfrenta, no entanto, obstáculos estruturais profundos. A escritora são-tomense Odete Semedo observa que “a mulher africana é, por vezes, a última a falar, e quando fala é para confirmar o discurso dos outros. A sua palavra vem da luta entre o que cala e o que quer dizer” (Semedo, 2023, p. 11). No Sul de Angola, este conflito entre silêncio e palavra é ainda mais intenso, devido à ausência de políticas culturais de valorização da produção literária local, à precariedade das editoras regionais e à falta de incentivos à escrita e à formação crítica fora do eixo Luanda-Huambo-Benguela.

Essa dinâmica de exclusão articula-se directamente com o legado colonial e patriarcal que estruturou o acesso à educação formal, à autoria e à memória pública. Paulina Chiziane, primeira romancista moçambicana, alerta para a necessidade de descentralizar o olhar crítico e reconhecer as desigualdades profundas que marcam o campo literário africano. Chiziane (2002) afirma que “O problema da mulher africana não está apenas no facto de não escrever, mas no facto de não ser lida, ou, quando lida, não ser considerada autora de saber válido.” (Chiziane, 2002, p. 34).

O caso das autoras oriundas da Huíla, do Namibe e do Cunene ilustra bem este problema. Escritoras como Lourença Francisco, Mariana Tchilumbo e Maria Ndaliclassi ainda publicam, maioritariamente, em pequenos circuitos locais ou por via da oralidade, com acesso limitado a meios de divulgação nacional. As suas obras são frequentemente

enquadradas como produções etnográficas ou regionais, sendo deslocadas para zonas marginais do campo literário, próximas do que a crítica designa como paraliteratura, não por ausência de literariedade, mas por critérios institucionais de consagração.

Essa hierarquização territorial do valor literário, baseada numa falsa universalidade urbana e masculina, revela uma estrutura de exclusão que precisa de ser problematizada. Como explica a crítica feminista Carole Boyce Davies, “as vozes das mulheres negras nas periferias do sistema literário não são apenas silenciadas, elas são apagadas por um processo activo de invisibilização que passa por instituições culturais, académicas e editoriais” (Davies, 1994, p. 6).

Portanto, pensar a literatura produzida por mulheres no Sul de Angola implica valorizar essas vozes como legítimas agentes estéticas e reconhecer que há um projecto político no silenciamento que sofreram e há um gesto emancipador no acto de escrever a partir das margens. Este gesto é, como diz Ana Paula Tavares, “uma insubmissão que começa nas palavras e se prolonga nos corpos, nas memórias e nas geografias que recusam o esquecimento” (Tavares, 2010, p. 74).

Geopoéticas da resistência: o Sul como território simbólico e cultural da escrita feminina

No âmbito deste estudo, o “Sul” de Angola - designadamente as províncias da Huíla, Namibe e Cunene - não se limita a uma categoria geográfica: configura-se também como espaço simbólico, cultural e poético. Este território emerge nas vozes femininas como uma geopoética da resistência, na qual memória, oralidade, corpo e paisagem dialogam, criando modos de escrita que desafiam tanto o apagamento histórico quanto a centralização cultural.

A produção literária feminina do Sul não se desenvolve nos grandes centros editoriais nem se submete às lógicas mercantis da literatura de consumo. Pelo contrário, brota da terra, das memórias das matriarcas, dos rituais comunitários e das palavras trocadas entre mulheres e mães, avós, curandeiras, professoras. Este “Sul simbólico” representa uma cartografia da resistência, onde a escrita emerge como gesto de afirmação cultural diante de múltiplas formas de fazer com que as mulheres permaneçam em silêncio estrutural.

A obra de Ana Paula Tavares, natural da Huíla, exemplifica esta inscrição territorial da escrita. Em *Ritos de Passagem* (1995), a autora articula corpo, espaço e memória numa chave de resistência e pertença, como se observa nos seguintes versos: “Todas as histórias começam com uma mulher sentada à porta, de olhos perdidos no infinito. Esperando a hora do nascimento, ou do regresso.” A imagem da mulher no limiar da porta, construída pelo sujeito poético, simboliza a travessia entre o mundo íntimo e o colectivo, entre tradição e história, consolidando a memória como forma de resistência.

Deolinda Rodrigues, embora associada à região do Huambo, integra-se nesta geopoética ao escrever nas suas cartas e diários experiências de luta e comprometimento feminino, quando afirma, enquanto sujeito poético, que “Escrever é para mim uma forma de fazer justiça./ Quero que o mundo saiba que não somos invisíveis./ Que também choramos, também combatemos.” (*Cartas de Deolinda*, 1967).

Mesmo no exílio, a sua escrita permaneceu profundamente enraizada no território, evocando a aldeia, os saberes da infância e os silêncios impostos às mulheres, construindo um “Sul simbólico” como gesto de insubmissão contra o patriarcado e o colonialismo.

No Namibe, Lourença Francisco representa a centralidade da oralidade. A sua poesia circula em rádios comunitárias e encontros culturais, articulando escuta da terra, memória ancestral e tradição oral, como quando relata que “Minha avó me ensinou a ouvir as pedras./ Disse que quem não ouve a terra, não aprende a ficar de pé.” (Testemunho recolhido em oficina comunitária, 2023). Aqui, a palavra é também chão; a oralidade, prática estética e epistemológica plena, oferece uma alternativa ao cânone urbano e académico, afirmando pertença e continuidade cultural.

Mariana Tchilumbo, do Cunene, dá continuidade a este projecto literário feminino-territorial. Em *Ondjo ya Kulo a casa de todas nós* (2022), a oralidade dos provérbios, a força matriarcal local e a denúncia das violências normalizadas transformam o espaço comunitário numa metáfora de resistência. Como exemplifica o eu-lírico “Aqui nesta casa, feita de barro e silêncio, cada mulher é uma história escondida. Cada mulher é uma porta que ainda não se abriu.” Estas representações constroem uma cosmologia feminina do Sul, em que a escrita se torna acto ritual, político e afectivo, revelando a urgência de repensar o conceito de Literatura nacional para além do cânone centralizado.

Reconhecer o Sul como território simbólico da escrita feminina é, portanto, ampliar a crítica literária angolana, incluindo as vozes periféricas, orais e comunitárias. Trata-se de valorizar práticas literárias que articulam território, corpo e memória, contribuindo para a construção de um cânone plural, inclusivo e coerente com a diversidade cultural do país.

Escrever para lembrar: memória, corpo e território nas vozes femininas do Sul de Angola

A escrita de mulheres do sul de Angola, como Ana Paula Tavares, Alda Lara e Deolinda Rodrigues, revela um gesto literário que ultrapassa a estética para se escrever como prática de memória, resistência e construção identitária. Nesta escrita, o corpo feminino emerge como eixo simbólico do sujeito poético constituindo-se como arquivo vivo de experiências ancestrais, enquanto a paisagem do sul – marcada por exílios, guerras e ancestralidade – é elevada à condição de território simbólico da memória e da resiliência.

Ao narrar a dor, a ausência e a maternidade, estas autoras não escrevem apenas a partir do trauma ou da exclusão, mas a partir da potência de lembrar, de reconstituir o que a violência colonial e patriarcal tentou apagar. Como afirma Ana Paula Tavares (2001), “escrever é escavar o chão onde repousam os ossos dos esquecidos, e deles fazer voz, rumor, caminho” (p. 45). Esta escavação é tanto geográfica quanto corporal: a memória sedimenta-se no corpo feminino como herança vivida e transmitida entre gerações. A figura da mãe, das avós e das parteiras está presente nos poemas e cartas destas autoras como guardiãs do saber, da resistência comunitária e da oralidade, que se mantém como fonte legítima de conhecimento e identidade.

Em Deolinda Rodrigues, a escrita epistolar assume um lugar privilegiado na luta contra o apagamento. Os seus diários e cartas não apenas testemunham a militância política e a repressão, mas revelam uma subjectividade feminina engajada na transformação social. A autora, severamente silenciada pela violência do regime colonial, deixa em sua correspondência um legado literário que “une a intimidade ao gesto político, o amor à pátria ao amor entre mulheres” (Rodrigues, 2003, p. 22). Nesses textos, o corpo feminino torna-se o próprio território da guerra e da esperança, lugar de luto e de luta, inscrevendo-se como arquivo contra o esquecimento.

Alda Lara, por sua vez, constrói, nos poemas que compõem a sua obra poética, um discurso de amor à terra e às mulheres negras, vítimas de múltiplas camadas de exclusão. Em poemas como *Prelúdio*, a poeta evoca o sofrimento das mulheres africanas como “um fado antigo que canta nas pedras dos caminhos” (Lara, s.d., p. 19). A sua poesia é marcada por um lirismo que revela a complexidade de ser mulher, negra e intelectual num tempo em que o discurso literário era hegemonicamente masculino e colonial.

Nestas três autoras, a escrita é, simultaneamente, gesto íntimo e político. A memória não é um exercício nostálgico, mas uma prática de resistência. O corpo, longe de ser apenas objecto de opressão, é elevado a instrumento de transmissão histórica. E o território do Sul, o mato, o planalto, emerge como espaço de sentido, de sacralidade e de pertença. Escrever, neste contexto, é um acto de reinscrição: é devolver nome às mulheres que foram caladas, devolver voz às paisagens que se queriam esquecidas, e devolver corpo à história fragmentada de Angola.

Como sublinha Mbembe (2011), “a memória dos vencidos, quando encontra meios de expressão, transforma-se num contradiscurso poderoso e criativo” (p. 89). As vozes femininas do Sul de Angola cumprem exactamente essa função: desafiam o apagamento e forjam, através da linguagem, novas formas de habitar a história. É neste sentido que a literatura destas mulheres se afirma como campo de disputa simbólica e como possibilidade de reescrever o presente a partir das margens.

Ao integrar maternidade, exílio, ancestralidade e resistência num mesmo gesto poético e político, Ana Paula Tavares, Alda Lara e Deolinda Rodrigues inscrevem-se como figuras centrais de uma geopoética da memória e da libertação. Os seus textos oferecem, assim, um alicerce potente para o reconhecimento de um cânone plural e inclusivo, que acolha o Sul não apenas como geografia, mas como território da palavra e da justiça simbólica.

Para um cânone literário plural: repensar a inclusão e o valor das vozes periféricas. Segundo Terry Eagleton (2006, p. 201), cânone corresponde a “uma selecção de obras que, por motivos históricos, ideológicos e estéticos, foi considerada digna de ser preservada, estudada e transmitida como representativa da herança literária de uma cultura.” A definição de Terry Eagleton (2006) ajuda a compreender que no, entanto, essa selecção está longe de ser neutra ou objectiva. A construção de um cânone literário é,

antes de tudo, uma operação de poder: ela estabelece hierarquias simbólicas, legitima certas vozes em detrimento de outras e define o que deve ou não ser lido, estudado e transmitido como herança cultural. No caso angolano, observa-se que o cânone tem sido historicamente estruturado a partir de critérios que favorecem a produção masculina, urbana e centrada nos grandes centros políticos e editoriais, como Luanda. Esta centralidade editorial e geográfica acaba por silenciar outras territorialidades e subjectividades, especialmente as vozes femininas oriundas do Sul do país, cujas produções literárias continuam, em grande parte, marginalizadas ou invisibilizadas nos discursos críticos e nas histórias oficiais da literatura.

Reescrever este cânone é, portanto, uma tarefa urgente, que requer o reconhecimento das exclusões históricas e uma proposta de cartografia literária alternativa — que seja simultaneamente feminista e regional, capaz de incorporar as vozes que a história literária hegemónica relegou às margens. Esta proposta implica não apenas ampliar o *corpus* de leitura, mas também alterar os critérios de legitimação literária, questionando as normas que definem o que é “literário” e quem tem o direito de ocupar esse lugar.

Assim, Ana Paula Tavares, Alda Lara e Deolinda Rodrigues são nomes incontornáveis neste processo. A obra de Tavares, por exemplo, é marcada por uma atenção sensível à ancestralidade, à oralidade e à relação com o território sul-angolano. Em *Manual para amantes desesperados* (2007), a autora, enquanto sujeito poético, recupera memórias femininas e histórias silenciadas por uma historiografia que naturalizou a ausência das mulheres africanas. Ao afirmar “Sou do sul do mundo e do ventre da minha avó, onde as palavras se faziam nas pedras que serviam de pilão” (Tavares, 2007, p. 14), escreve ela, fazendo da poesia uma forma de geopolítica da memória.

Por outro lado, Deolinda Rodrigues, nas suas cartas e diários, reconfigura a escrita íntima como ferramenta de combate político. A autora documenta a violência do exílio, o sofrimento do corpo feminino aprisionado e a luta por um país livre, mostrando como a escrita é, também, um acto de resistência (Rodrigues, 2003). Já Alda Lara, nos seus poemas, constrói uma voz feminina negra como configuração do eu-lírico, marcada simultaneamente pela ternura e pela insurgência. A sua obra recupera a mulher negra como sujeito de desejo, de saber e de história — contra a lógica patriarcal e colonial que a reduziu ao silêncio.

Reescrever o cânone angolano exige, ainda, a inclusão de vozes emergentes que, mesmo fora dos circuitos editoriais tradicionais, têm contribuído para uma literatura profundamente enraizada nas realidades do Sul do país. Autoras como Mariana Tchilumbo, Lourença Francisco e Maria Ndaliclassi, ainda que pouco reconhecidas institucionalmente, já constroem uma poética do quotidiano rural, da sabedoria matriarcal, dos conflitos sociopolíticos e das estratégias de sobrevivência simbólica. Muitas vezes oralizadas ou publicadas por vias alternativas, essas produções devem ser compreendidas como parte de um cânone ampliado, que reconhece o valor estético e político das literaturas periféricas.

A proposta de uma cartografia literária feminista e regional exige uma transformação nos próprios mecanismos de consagração e difusão. Instituições académicas, políticas públicas, currículos escolares e editoras devem comprometer-se com a valorização dessas vozes, promovendo residências literárias no interior, prémios regionais, feiras do livro descentralizadas e a publicação em línguas nacionais. Como aponta Hooks (1994), a descolonização do pensamento passa necessariamente pela escuta atenta das margens e pelo reconhecimento da experiência situada como fonte legítima de conhecimento.

Pode-se aduzir que um dos benefícios de um cânone literário plural prende-se com o facto de o mesmo permitir que haja uma variedade de opções por parte do leitor e permita obter-se uma cosmovisão ou experiências, garantindo a desconstrução de estereótipos, uma vez que permitirá a inclusão de obras de autores e autoras de diferentes origens ou localidades, mitigando assim a despromoção da justiça social (dando oportunidade às vozes marginalizadas, como as das mulheres do Sul de Angola, por exemplo).

Maiquel afirma que:

A teoria da literatura não pode mais ser pensada no singular. Ao invés disso, há uma pulverização de diversas teorias, entre as quais soa como anacrônica a ideia de uma objetividade estrita capaz de elencar um rol de obras indispensáveis pela sua indiscutível qualidade estética. Mais do que nunca, hoje tudo se discute. (Maiquel, 2016, p. 2).

Portanto, é evidente a preocupação de estudiosos na transformação de um cânone singular para um plural, pois acredita-se que é a forma ideal para quebrar vantagens e assimetrias na literatura, com destaque para a nossa própria literatura.

Metodologia

A pesquisa adopta uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, centrada na análise crítica das obras de autoras do Sul de Angola, como Ana Paula Tavares, Alda Lara, Deolinda Rodrigues, Lourença Francisco e Mariana Tchilumbo. Foram analisados textos nos géneros de poesia, prosa, epistolografia e oralidade, a partir de uma leitura hermenêutica focada em temas como memória, corpo e território.

Importa sublinhar que a inclusão de textos orais, testemunhos comunitários e produções de circulação local obedece a uma perspectiva crítica que problematiza os critérios tradicionais de legitimação literária. Ao integrar a oralidade no *corpus* de análise, o estudo alinha-se com abordagens descoloniais e feministas que contestam a centralidade exclusiva da escrita canónica e reconhecem outras formas de produção simbólica como constitutivas da Literatura nacional. Esta escolha metodológica articula-se, assim, com o objectivo de repensar o cânone literário angolano a partir das margens geográficas e epistemológicas.

Além da análise documental, foi realizada uma revisão bibliográfica que inclui estudos sobre literaturas africanas de língua portuguesa, teoria do cânone e feminismo africano, com autores como Eagleton (2006), Hooks (1994), Mbembe (2011), Wieser (2022), Spánková (2014) e Xavier (2017). A escolha desta metodologia justifica-se pela necessidade de uma abordagem interdisciplinar sensível às dinâmicas culturais, históricas e políticas que moldam a produção literária marginalizada.

Resultados e discussão

A análise das obras de autoras do Sul de Angola revelou que estas vozes literárias não apenas resistem ao apagamento simbólico imposto pelo cânone centralizador, mas também propõem uma redefinição radical dos critérios de legitimação literária. O primeiro resultado significativo é a constatação de que a produção destas autoras não cabe nas categorias tradicionais que sustentaram a historiografia literária angolana, marcada pela centralidade urbana (Luanda) e pela predominância masculina. Pelo contrário, as

suas produções articulam uma estética ancorada em práticas de oralidade, na memória matriarcal e em uma relação visceral com o território, elementos sistematicamente desvalorizados pelas lógicas de consagração vigentes.

Essas produções desafiam a concepção restritiva da literatura enquanto sistema institucional, historicamente ancorado na escrita canónica, ampliando o entendimento do literário para incluir práticas orais e comunitárias. Autoras como Ana Paula Tavares e Deolinda Rodrigues evidenciam que a escrita de si, a oralidade e a recuperação de memórias comunitárias constituem formas legítimas de produção simbólica e, portanto, devem ser reconhecidas como expressões centrais da literatura angolana.

Outro ponto crítico identificado é a emergência de uma “geopoética da resistência”, onde o Sul de Angola é ressignificado como território simbólico de produção literária, e não apenas como espaço geográfico marginal. Esta perspectiva rompe com a falsa universalidade urbana que domina o cânone e revela como os saberes e práticas locais são, de facto, fontes epistemológicas fundamentais para a construção de uma Literatura nacional inclusiva. As vozes femininas do Sul não reivindicam apenas espaço de fala, mas colocam em xeque os próprios fundamentos sobre os quais o cânone angolano foi erguido.

No campo teórico, este estudo evidencia a necessidade de repensar o cânone literário angolano através de uma lente interseccional, que contemple simultaneamente as dimensões de género, território e herança colonial. A discussão aqui ultrapassa a mera inclusão de autoras “esquecidas” e propõe uma transformação nos paradigmas críticos: é imperativo reavaliar os critérios de valor literário, deslocando o eixo de legitimação para práticas culturais historicamente silenciadas.

Além disso, constata-se que a resistência simbólica presente nos textos analisados não se dá somente no nível temático, mas também na escolha de formas expressivas que tencionam a rigidez formal do cânone. Os poemas que dialogam com a oralidade, a escrita epistolar como espaço político e a dramaturgia comunitária são estratégias estéticas que, ao serem marginalizadas pelos circuitos tradicionais, expõem a selectividade dos processos de consagração.

Portanto, a discussão aponta para a urgência de uma reconfiguração do campo literário angolano que vá além da simples ampliação do *corpus* de leitura. Trata-se de uma proposta de “cânone insurgente”, que implica não apenas reconhecer novas vozes, mas transformar as estruturas de poder que historicamente determinaram o que é ou não literatura em Angola.

Conclusão

O presente estudo teve como objectivo analisar de que modo a produção literária de mulheres autoras do Sul de Angola contribui para a reconfiguração de um cânone literário angolano mais plural, inclusivo e representativo. A análise desenvolvida ao longo do artigo demonstrou que esse objectivo foi alcançado, ao evidenciar práticas literárias sistematicamente marginalizadas pela historiografia dominante, mas centrais para a compreensão da diversidade cultural do país.

Os resultados revelaram que as obras de autoras como Ana Paula Tavares, Alda Lara e Deolinda Rodrigues, assim como de vozes de circulação local, articulam memória, território, oralidade e resistência como elementos estruturantes da escrita feminina. Esses achados respondem directamente à problemática da investigação, ao demonstrar que a exclusão das mulheres do Sul de Angola do cânone não decorre de limitações estéticas ou simbólicas, mas de critérios de legitimação historicamente centralizadores, urbanos e patriarcais.

Neste sentido, os resultados confirmam a hipótese de que a literatura produzida a partir das margens geográficas e epistemológicas possui um papel decisivo na ampliação do campo literário nacional, ao questionar os próprios fundamentos sobre os quais o cânone angolano foi construído. A emergência de uma geopoética da resistência, ancorada no Sul de Angola, reforça a literatura como prática cultural situada e politicamente implicada. Entre as principais contribuições científicas do estudo destaca-se a adopção de uma abordagem interseccional que articula género, território e descolonização do cânone. Ao reconhecer a oralidade, a escrita epistolar e as produções comunitárias como formas legítimas de criação literária, o artigo propõe um alargamento teórico e metodológico dos critérios de análise e consagração literária.

Reconhecem-se, contudo, algumas limitações, nomeadamente o recorte do *corpus* e as dificuldades de acesso a produções orais sistematizadas, o que não compromete a consistência analítica dos resultados. No plano das implicações, o estudo pode contribuir para a revisão de currículos, políticas culturais descentralizadas e práticas editoriais mais inclusivas.

Para investigações futuras, sugere-se o aprofundamento de estudos sobre literaturas orais femininas e análises comparativas entre regiões angolanas. Em síntese, o artigo reafirma que a construção de um cânone literário justo exige a integração das vozes femininas do Sul de Angola como parte constitutiva da Literatura nacional.

Referências Bibliográficas

Aguiar e Silva, V. M. de. (2002). História da literatura e teoria da literatura. In M. H. S. Cunha (Org.), História da literatura – Teoria e didática (pp. 1–15). Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.

Chiziane, P. (2002). Niketche: Uma história de poligamia. Lisboa: Caminho.

Compagnon, A. (2001). O demônio da teoria: Literatura e senso comum (C. P. B. Mourão, Trad.). Belo Horizonte: UFMG.

Davies, C. B. (1994). *Black women, writing and identity: Migrations of the subject*. London: Routledge.

Eagleton, T. (2006). Teoria da literatura: Uma introdução. São Paulo: Martins Fontes.

Hooks, b. (1994). *Teaching to transgress: Education as the practice of freedom*. Routledge.

Lara, A. (s.d.). Poemas. Porto: Vertente.

Maiquel, R. (2016). O cânone literário e sua relação com a educação na contemporaneidade. Ceará: Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Mbembe, A. (2011). Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona.

Rodrigues, D. (2003). Cartas de Deolinda Rodrigues. Luanda: INALD.

Rodrigues, D. (2003). Diário de um exílio. Luanda: Edições Chá de Caxinde.

Semedo, O. (2023). In(confidências). Vila Nova de Famalicão: Editorial Novembro.

Spánková, S. (2014). Literaturas africanas de língua portuguesa I e II: Antologia de textos literários. Brno: Masarykova univerzita.

Tavares, A. P. (1995). Ritos de passagem. Lisboa: Caminho.

Tavares, A. P. (2001). Dizes-me coisas amargas como os frutos. Lisboa: Caminho.

Tavares, A. P. (2004). A cabeça de Salomé. Lisboa: Caminho.

Tavares, A. P. (2004). Cartografia do afeto. In O lago da lua. Lisboa: Caminho.

Tavares, A. P. (2007). Manual para amantes desesperados. Lisboa: Caminho.

Tchilumbo, M. (2022). Ondjo ya Kulo – A casa de todas nós [Manuscrito inédito apresentado no Festival Teatral Ndjambi, Cunene].

Francisco, L. (2023). Testemunhos orais recolhidos em oficinas literárias comunitárias na província do Namibe.

Ndaliclassi, M. (2023). Testemunhos orais recolhidos em círculos comunitários literários no Cuando-Cubango.

Wieser, D. (2022). Letteratura al femminile e costruzione della nazione. In R. Francavilla, I. Mata, & V. Tocco (Eds.), Le letterature africane in lingua portoghese: Temi, percorsi e prospettive (pp. 139–150). Bologna: Ulrico Hoepli Editore.

Xavier, L. G. (2017). Literaturas africanas em português: Uma introdução. Macau: Instituto Politécnico de Macau.

Recebido: 2025-08-08
Aceite: 2026-01-21



Este artigo está licenciado sob a licença: [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Científica Mupanda.